

1 **ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA**  
2 **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO**  
3 **UNIVERSITÁRIO.** Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e  
4 dois, às nove horas, reuniu-se de forma híbrida a Comissão de Orçamento e Patrimônio sob a  
5 presidência do Professor Doutor FERNANDO SARTI, com a presença do senhor Thiago  
6 Baldini da Silva, Diretor de Planejamento Econômico da Assessoria de Economia e  
7 Planejamento, e dos seguintes membros: Adilton Dorival Leite, Andréia Galvão, José  
8 Alexandre Diniz, Márcio Antônio Cataia, Marisa Masumi Beppu, Rodrigo Ramos Catharino e  
9 Verónica Andrea González-López. Como convidados, compareceram a professora Altair  
10 Antoninha Del Bel Cury e a doutora Livia Ribeiro de Pádua Duarte. Havendo quórum, o  
11 SENHOR PRESIDENTE dá início à Centésima Quinquagésima Quinta Sessão Ordinária da  
12 Comissão de Orçamento e Patrimônio, realizada de forma híbrida. Submete à apreciação a Ata  
13 da 154ª Sessão Ordinária, consultando se há observações. Não havendo, submete à votação a  
14 referida Ata, que é aprovada com 02 abstenções. Informa que foi disponibilizada na página da  
15 SG a ata da última reunião do conselho curador da Funcamp, que complementa a documentação  
16 do item 05 da Ordem do Dia. Passa à Ordem do Dia, com 05 itens, informando que a Mesa  
17 destaca os itens 01, 04 e 05. Consulta se há destaques por parte dos membros para os itens 02 e  
18 03. A Professora MARISA MASUMI BEPPU diz que iria também destacar os itens 04 e 05, já  
19 destacados pela Mesa, e acrescenta o item 02. Não havendo mais destaques, o SENHOR  
20 PRESIDENTE submete à votação o item 03, não destacado, que é aprovado por unanimidade.  
21 Passa ao item 01 – Proc. nº 01-P-45719/2022 –, que trata da proposta de instituição de prêmio  
22 de incentivo à pesquisa a alunos dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (doutorado) –  
23 Prêmio Tese Destaque Unicamp. Passa a palavra à professora Altair, assessora da PRPG, para  
24 esclarecimentos. A Professora ALTAIR ANTONINHA DEL BEL CURY diz que este item  
25 trata da criação do Prêmio Tese Destaque Unicamp. Ele já constava em um documento anterior  
26 do planejamento estratégico, no sentido de estimular que os alunos produzissem os seus  
27 trabalhos com a melhor qualidade possível. E dessa forma na CCPG foi aprovada a criação  
28 desse prêmio, que nesse primeiro ano terá recursos da PRPG. A minuta será apresentada ao  
29 Consu, porque a ideia da PRPG é que a partir deste ano esse prêmio seja institucionalizado e  
30 anualmente concedido. Haverá um prêmio para cada uma das teses destaques das quatro áreas  
31 de conhecimento: Engenharias e Tecnológicas, Ciências Humanas e Artes, Ciências Exatas e  
32 da Terra, Ciências Biológicas e da Saúde. O prêmio em primeiro lugar, que seria a tese destaque,  
33 receberia em pecúnia o valor de R\$5 mil e ao segundo lugar caberia uma menção honrosa e um  
34 valor de R\$3 mil. O Professor MÁRCIO ANTÔNIO CATAIA parabeniza pela excelente  
35 iniciativa e acha que de fato precisavam ter esse incentivo à pós-graduação. Fica muito feliz de  
36 ver este ponto agora aqui colocado em pauta para avançar. Sugere que os orientadores e as  
37 orientadoras também fossem agraciados com o prêmio. Pode estar equivocado, mas no texto,  
38 no momento da menção do agraciamento, aparece apenas o autor. Então talvez fosse o caso,  
39 porque todos os que estão em programas de pós-graduação estão muito envolvidos com as  
40 orientações, com o trabalho todo que estão fazendo. Não fala nem de estender a pecúnia, mas

1 que o prêmio também fosse, alguma forma, de menção aos orientadores. A Professora ALTAIR  
2 ANTONINHA DEL BEL CURY diz que se esqueceu de mencionar que tanto os orientadores  
3 quanto os coorientadores também receberão um diploma que será assinado e entregue pelo  
4 Magnífico Reitor. A Professora VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ parabeniza  
5 todos os envolvidos com a estrutura do prêmio. Achou muito interessante o documento e  
6 acredita que é uma nova etapa para a Universidade. É muito importante esse tipo de  
7 reconhecimento, acha um tremendo incentivo para orientadores e para estudantes, que tanto se  
8 esforçam, especialmente nos últimos anos, quando as bolsas estiveram bastante defasadas.  
9 Então acha que esse prêmio representa, de alguma forma, um outro tipo de reconhecimento que  
10 não pode ser dado em termos do valor da bolsa. Não havendo mais observações, o SENHOR  
11 PRESIDENTE submete à votação os recursos para o prêmio, no valor total de R\$32 mil anuais,  
12 que são aprovados por unanimidade. Passa ao item 02 – Proc. nº 01-P-18408/2017 –, que trata  
13 da proposta de alteração da Tabela de Gratificações de Representação, com inclusão de novas  
14 GRs e alteração do número máximo de funções gratificadas – Informação Aeplan 1623/2022.  
15 Destaque da professora Marisa. A Professora MARISA MASUMI BEPPU diz que gostaria  
16 somente de ouvir a justificativa para o aumento do quantitativo dos assessores, porque no  
17 documento se menciona muito brevemente que seriam todos direcionados à Deas, mas houve  
18 poucas explicações acerca desse incremento. A Professora ANDRÉIA GALVÃO diz que  
19 também gostaria de ter pedido esse destaque, porque um dos pedidos de gratificação diz respeito  
20 ao arquivo Edgard Leuenroth, ligado ao IFCH, que perdeu a gratificação em 2019, quando foi  
21 modificada a tabela de gratificações, e foi feita uma solicitação à PRDU para poder restituir  
22 essa gratificação. O arquivo é muito grande, são 20 funcionários, 35 bolsistas, o acervo é  
23 enorme, ele é um importante centro de pesquisa, de documentação, e tem tido bastante destaque,  
24 inclusive foi matéria do portal da Unicamp da semana passada. Suas coleções têm sido muito  
25 valorizadas e utilizadas em pesquisas nas mais diversas áreas. Essa gratificação é muito  
26 importante porque a direção está trabalhando voluntariamente há quase quatro anos, e têm tido  
27 uma dificuldade muito grande em encontrar docentes dispostos a assumir esse trabalho, porque  
28 é um trabalho muito exaustivo e cotidiano, que se soma às atribuições correntes dos professores,  
29 de pesquisa, ensino, orientação, extensão. Então agradece à Administração Central por ter  
30 atendido a solicitação, mas observa que o pedido original era de uma gratificação  
31 correspondente ao Grupo 9; solicita esclarecimento, se possível, por que a proposta está sendo  
32 feita para o Grupo 8, que seria equivalente à coordenação de serviço, que existe também no  
33 arquivo. O pedido feito foi pensando em uma equiparação a cargos que existem em outros  
34 órgãos, que são a coordenação do Museu Exploratório de Ciências e do Museu de Artes Visuais,  
35 que correspondem mais às atividades desempenhadas pela direção do arquivo. O SENHOR  
36 PRESIDENTE, respondendo à professora Marisa sobre o porquê da Deas, diz que estão com o  
37 comitê de certificação em pleno funcionamento. O comitê de certificação fez um cronograma  
38 que iniciou as atividades a partir dos centros e núcleos e agora, no início de 2023, a próxima  
39 rodada é com os órgãos centrais. A Deas está dentro dos órgãos centrais, mas ela pediu  
40 excepcionalidade para que pudesse ser prioritariamente certificada pelo fato de ter assumido

1 novas funções dentro da estrutura da Universidade. Uma delas é que transferiram toda a questão  
2 dos convênios na área da Saúde para a Deas, inclusive tiraram o CAAAS da área que estava  
3 abaixo da diretoria da FCM e trouxeram para dentro da Deas. Essas novas funções exigiram,  
4 por parte da Deas, uma reestruturação das suas atividades. O comitê pediu para que o diretor  
5 executivo da Deas participasse de uma reunião, que durou mais de três horas, em que ele expôs  
6 todo o planejamento estratégico da Diretoria e as novas funções assumidas por ela, além de  
7 uma proposta de cargos e gratificações. O comitê se reuniu, fez uma contraproposta, que é essa  
8 que estão votando hoje aqui, como bem atentou a professora Marisa. Trata-se da criação de  
9 duas gratificações de assessor de gabinete e três de assistente técnico para cobrir as atividades  
10 da Deas, que entendeu que essa era uma contraproposta adequada, que é o que poderia ser  
11 atendido até olhando para o quadro como um todo, das demais diretorias executivas e, inclusive,  
12 da área da Saúde. O que está sendo votado aqui na COP são os recursos necessários para essas  
13 cinco gratificações: duas de assessor de gabinete e três de assistente técnico. Então no caso do  
14 assessor de gabinete, que estava em 15, eles passam agora a 17 no total da Universidade, e no  
15 caso dos assistentes técnicos, de 105 para 108. Lembra que no Consu foi aprovada uma nova  
16 tabela de gratificações e também foi acertado que qualquer alteração nessa tabela, qualquer  
17 criação de uma nova gratificação não apenas tem de ser aprovada na COP, mas será levada para  
18 o Conselho Universitário. Então a aprovação a ser feita aqui ainda está sujeita à aprovação  
19 dentro do Conselho Universitário. O que estão aprovando aqui são os recursos para essas cinco  
20 gratificações, mas na verdade também, como já fez referência a professora Andréia, para o  
21 diretor do AEL. Esclarece à professora Andréia que na criação da GR para o diretor do AEL o  
22 comitê tentou buscar o que seria semelhante aos demais museus e arquivos da Universidade. A  
23 Professora MARISA MASUMI BEPPU agradece ao professor Fernando pelas explicações e  
24 deixa uma sugestão: ainda que não totalmente fechado, porque entende que a comissão de  
25 certificação ainda está em trabalho de negociação com a Deas, acha que, a espelho do que ocorre  
26 na CAD, pelo menos um quadro comparativo do que existe, um incremento, um organograma  
27 inicial, seria um material bem interessante para acompanhar as solicitações desse tipo aqui na  
28 COP. Acha que é muito difícil para os membros da COP olharem o pontual sem ter uma ideia  
29 de estrutura, porque no momento em que olham estrutura, olham a equidade com outros órgãos,  
30 conforme o professor Fernando mencionou, com as outras diretorias executivas etc. Acha que  
31 a justificativa está bastante simplificada. O SENHOR PRESIDENTE diz que entende e que  
32 podem trazer para as próximas decisões aqui da COP, mas certamente tudo isso que a professora  
33 Marisa está sugerindo estará no Conselho Universitário, onde entrarão na questão do mérito.  
34 Aqui estão avaliando os recursos, mas concorda que uma decisão de recursos poderia ser melhor  
35 tomada tendo o organograma completo da instituição. A Professora ANDRÉIA GALVÃO  
36 agradece ao professor Fernando pelo esclarecimento e diz que entende que o comitê tenha  
37 olhado para outras atividades equivalentes, mas reitera que no caso dos museus, a gratificação  
38 correspondente está incluída no Grupo 8, que seria uma atribuição equivalente. Então, entende  
39 que o mais adequado seria o Grupo 8 e não o Grupo 9, mas de qualquer forma entendeu o  
40 critério que foi utilizado para a definição. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA informa

1 que trazem a tabela com todos os quantitativos de GRs, o percentual e o valor. As novas  
2 aprovações, as últimas que já passaram e essa, apresentam o percentual que corresponde à  
3 planilha, mas com o novo valor. Quando levarem esse assunto à frente, vão levar a tabela inteira,  
4 para fazer a atualização de todos os valores. Não é questão de nenhum impacto financeiro, é só  
5 para facilitar e ficar uma deliberação mais conforme, porque senão procuram uma pessoa do  
6 Grupo 9, por exemplo, tem algum cargo que vale R\$2.100 e o que está passando hoje é  
7 R\$R\$2.600. Para acabar com essas diferenças, vão fazer essa atualização, esse acerto quando  
8 passar na deliberação CAD. Não havendo mais observações, o SENHOR PRESIDENTE  
9 submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 04, que trata da  
10 proposta que estabelece o Programa de Incentivo a Novos Docentes, objetivando oferecer apoio  
11 financeiro para incentivar as atividades de ensino, pesquisa e extensão de docentes em início  
12 da carreira na Unicamp – Informação Aeplan 1620/2022. O assunto já foi bastante debatido  
13 com a comunidade docente e hoje estão aqui para aprovar os recursos, mas acha que, na linha  
14 do que a professora Marisa alertou anteriormente, talvez caiba fazer uma apresentação um  
15 pouco mais completa sobre o tema para entender os recursos. Informa que o programa como  
16 um todo envolve valores da ordem de R\$60 milhões, mas hoje estão aprovando, para o exercício  
17 de 2023, R\$20 milhões. Inicialmente não conseguem precisar exatamente o número de  
18 docentes; lembra que a proposta é de que o docente tenha até oito anos dentro da Universidade  
19 e no máximo 12 anos de doutorado. Além disso, serão incluídos como público-alvo desse  
20 programa os docentes que estão em processo de contratação, alguns processos já iniciados,  
21 outros ainda em andamento. Fora isso, houve uma sugestão das professoras Mônica e Marisa  
22 de incluírem também o critério de equidade para contemplar as colegas gestantes durante esse  
23 período. Fizeram um primeiro levantamento, encontraram algo em torno de 30, mas esse é um  
24 número que pode ser revisto, por isso a dificuldade de terem exatamente o universo de  
25 potenciais participantes do programa, mas hoje o número estaria em torno de 655. O programa  
26 também contempla a possibilidade de projetos interdisciplinares, e os prêmios individuais de  
27 até R\$75 mil no caso de projetos interdisciplinares têm valores acrescidos em 20%. Então,  
28 fazendo uma conta bem rápida, o número de 655 docentes multiplicado por R\$75 mil  
29 corresponde a um valor de R\$49,125 milhões. O programa como um todo coloca R\$60 milhões  
30 porque não tem como imaginar quanto haverá de projetos interdisciplinares, não sabem  
31 precisamente quantas novas contratações ocorrerão ao longo de 2023 e 2024, e todos esses  
32 docentes poderão se candidatar também ao programa, por isso essa diferença dos valores. Só  
33 que hoje aqui na COP o que estão aprovando é R\$20 milhões, pois o próprio programa  
34 estabelece que na primeira chamada, que será realizada em fevereiro de 2023, haverá até 40%  
35 dos recursos. Portanto, algo em torno de R\$24 milhões, mas como o projeto se estende por 24  
36 meses, sabem que esses recursos não serão todos executados no primeiro ano. Além disso, há  
37 uma segunda chamada que será realizada em agosto de 2023 e nesse caso haveria ainda menos  
38 meses para a execução dos recursos, portanto o montante de R\$20 milhões é mais do que  
39 suficiente para o programa rodar tranquilamente em 2023 e depois no futuro alocariam na COP  
40 novos recursos para 2024. Fica à disposição; fará uma apresentação no Conselho Universitário,

1 mas se for necessário aprofundar aqui, terá o maior prazer. A Professora MARISA MASUMI  
2 BEPPU diz que considera bastante importante um edital como este; fica satisfeita em ver a  
3 questão da extensão de prazo de interstício, em função da questão da maternidade, acha que  
4 isso promove um pouco mais de justiça em relação à simetria entre os gêneros. Tem uma dúvida  
5 em relação ao termo utilizado no texto, “advento de prole”, que imagina que seja tanto a  
6 concepção biológica quanto a adotiva. O texto traz três situações que também cairiam nessa  
7 extensão de prazo: a solicitante que der à luz uma criança natimorta, a questão da adoção  
8 singular por pessoas do sexo masculino e também adotantes do sexo masculino membros de  
9 uma relação homoafetiva, mas acha que faltou especificar a questão de ser adotante, porque não  
10 consta isso explicitamente no texto, ainda que no *caput* conste que se trata do advento de prole.  
11 Acha que os recursos estão bem caracterizados e dimensionados, sabendo que terão uma grande  
12 dificuldade de execução, porque é dinheiro orçamentário, e isso traz uma dificuldade em relação  
13 ao tipo de edital que os pesquisadores, os docentes estão acostumados, que é o Proex via  
14 Funcamp. Mas acha que está dimensionado realmente para as necessidades que os jovens  
15 docentes têm, já que a maior parte dos órgãos de fomento tem fechado muitas portas para esse  
16 jovem docente. Então só pergunta se não seria o caso de melhorar um pouco o texto do terceiro  
17 item, se couber essa sugestão para quem mandar essa deliberação à frente. O SENHOR  
18 PRESIDENTE diz que é excelente a sugestão da professora Marisa, realmente o item poderia  
19 ter mais clareza. O Professor JOSÉ ALEXANDRE DINIZ agradece à Reitoria por esta  
20 iniciativa, que dá a possibilidade de motivar os novos docentes com esse tipo de edital. Em  
21 relação aos R\$60 milhões, solicita confirmação se a aprovação agora é de R\$20 milhões para a  
22 primeira chamada e se para a segunda chamada poderiam aprovar em agosto de 2023. Pergunta  
23 quando serão as outras, se serão R\$20 milhões em cada chamada. O SENHOR PRESIDENTE  
24 diz que hoje o que está em pauta é a aprovação de R\$20 milhões; o recurso, no total, são R\$60  
25 milhões, para um período de quase quatro anos, já que o primeiro edital é para fevereiro e esse  
26 projeto tem 24 meses para ser desenvolvido e executado. Respondendo já à preocupação da  
27 professora Marisa, que é bastante coerente, por que terão de executar dentro do orçamentário,  
28 e sabem da dificuldade disso, diferente dos processos com a Funcamp. Mas o fato de serem 24  
29 meses também lhes traz uma certa tranquilidade de ter um prazo um pouco mais dilatado para  
30 a execução dos recursos. Então a chamada em fevereiro teria 24 meses e a chamada em agosto  
31 mais 24 meses. E na chamada de fevereiro de 2024 teriam mais 24 meses, por isso o programa  
32 como um todo se estende a praticamente quase quatro anos. São 36 meses, mas pode haver  
33 alguma variação. Hoje estão aprovando R\$20 milhões até com uma certa tranquilidade, uma  
34 flexibilidade, pois como está hoje não estão distribuindo exatamente 1/3, mais 1/3, mais 1/3.  
35 Estão permitindo que no primeiro edital – até porque há um certo represamento em cima dessas  
36 contratações mais recentes, de até oito anos – a demanda seja maior, então pode vir até 40%  
37 desse valor de R\$60 milhões, portanto chegarão a R\$24 milhões. Mas esse valor terá de ser  
38 executado ao longo de 24 meses, então não vão ser os R\$24 milhões. O senhor THIAGO  
39 BALDINI DA SILVA reforça que os R\$20 milhões são da execução e não do programa como  
40 um todo, e não sabem nem exatamente se nesse primeiro edital vai ter o uso de todos os R\$24

1 milhões. Então imaginam que nos editais de fevereiro e agosto de 2023, que terão um prazo de  
2 execução muito pequeno, no máximo R\$20 milhões é o que será gasto. O SENHOR  
3 PRESIDENTE diz que entende como bastante positiva a questão da maternidade, como  
4 levantou a professora Marisa, a questão da interdisciplinaridade, mas sem ter primeiro os  
5 projetos não sabem exatamente o perfil desse demandante, e como vão ser os valores. Por isso  
6 a necessidade de uma certa flexibilidade na questão dos próprios recursos; a ideia é tentar não  
7 engessar. Lembra que todos os projetos vão ser submetidos aos comitês respectivos de cada  
8 grande área e, no caso de o projeto ser interdisciplinar, tem um quinto comitê que vai analisar  
9 projetos com essa natureza. Então não é líquido e certo, é uma oportunidade, é um programa  
10 que se abre para submissão dos projetos. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que fará uma  
11 sugestão na redação do ponto quatro, critérios de equidade, porque concorda com a professora  
12 Marisa que a expressão “advento de prole” é muito ruim. Não é uma solução que a agrade  
13 muito, mas acha que ficaria melhor do que como está; sua sugestão para o primeiro parágrafo  
14 seria: “solicitantes do sexo feminino, por dois anos, para cada criança gerada ou adotada depois  
15 da referida titulação”. E isso faz com que os itens seguintes, 2 e 3, possam se referir apenas ao  
16 sexo masculino. E depois novamente a expressão se repete: “caso o advento de prole”; sugere  
17 que ela seja substituída pelo seguinte: “caso o nascimento ou adoção tenha ocorrido”, porque  
18 acha essa expressão um pouco bruta demais para um texto que tem esse caráter tão sensível e  
19 está procurando dialogar com questões que dizem respeito à vida de uma forma um pouco mais  
20 aberta, um pouco mais generosa. Essa expressão “advento de prole” parece muito burocrática.  
21 O SENHOR PRESIDENTE diz que não estão votando exatamente o texto, mas essa mudança  
22 será fundamental quando isso for para o Conselho Universitário. Vão consultar as professoras  
23 Andréia e Marisa para acertar o texto, que já passou pelo crivo da PG, e talvez sejam termos  
24 mais jurídicos, por isso podem causar uma certa estranheza, mas vão adequar de uma forma  
25 que se identifique mais com a comunidade acadêmica. Deixa claro que votarão hoje na COP o  
26 recurso da ordem de R\$20 milhões para o início da execução do programa, caso ele venha a ser  
27 aprovado no Conselho Universitário para o ano de 2023, quando o programa já contempla dois  
28 editais. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada por  
29 unanimidade. Vão fazer essas alterações sugeridas aqui pelas professoras Marisa e Andréia para  
30 o texto chegar realmente mais adequado ao Conselho Universitário. Passa ao item 05 – 01-D-  
31 47746/2022 –, que trata da aquisição de imóvel da Moradia Estudantil da Unicamp mediante  
32 sua desapropriação amigável e onerosa pelo valor de R\$57.728.126,62 - Relatório de aquisição  
33 de imóvel da moradia estudantil da Unicamp, Parecer Técnico Conclusivo sobre as avaliações  
34 de valor de mercado da Moradia Estudantil da Unicamp do Prof. Dr. Luiz Carlos de Almeida –  
35 Informação Aeplan 1618/2022. Vai fazer rapidamente um histórico, depois vai passar a palavra  
36 para a doutora Livia, da PG, para que ela traga uma argumentação jurídica, mas acredita que  
37 isso seja do conhecimento de grande parte dos conselheiros e conselheiras. Na verdade, o  
38 imóvel onde está localizada a moradia estudantil, que já tem mais de 30 anos, pertence à  
39 Funcamp. Isso se deveu a procedimentos que foram adotados há mais de 30 anos: quando a  
40 Universidade foi construir a moradia, não tinha provavelmente os recursos, então a Fundação

1 tomou recursos emprestados junto ao sistema financeiro e, com isso, viabilizou-se a construção  
2 da moradia. Mas quem arcou com as despesas, o pagamento das parcelas e dos juros foi a  
3 Universidade. Portanto, em tese, a moradia sempre foi da Unicamp e não da sua fundação.  
4 Entendido isso em comum acordo entre as partes, chegou o momento agora, até porque estão  
5 em uma situação bastante crítica de necessidade de reformas na moradia, com o impedimento  
6 da Universidade colocar recursos orçamentários para a realização desses investimentos, sejam  
7 novas edificações, seja a reforma das existentes, pelo fato de não ser um imóvel da  
8 Universidade, e a Fundação aprovou dentro do seu conselho a doação para a Universidade e a  
9 Universidade aprova no Conselho Universitário o recebimento disso. Aliás, isso até ocorreu na  
10 gestão anterior, mas embora as duas partes entendessem que essa era a melhor solução, não  
11 contavam com o mesmo entendimento por parte do Ministério Público, que não aceitou que a  
12 Fundação fizesse uma doação do seu patrimônio para a Universidade. Então se criou um  
13 contencioso, e a solução proposta pelo Ministério Público, já acatada pelo conselho curador da  
14 Funcamp, e que será levada ao Conselho Universitário, é uma desapropriação da moradia  
15 amigável com a Unicamp, ou seja, a Universidade realizando a aquisição desse imóvel junto à  
16 sua Fundação. É a utilização desses recursos que a COP vai votar hoje. Lembra que aprovaram  
17 na COP e depois no Conselho Universitário o uso das reservas financeiras, que foram divididas  
18 em quatro grandes itens. O primeiro era aquele de precaução de manterem sempre três folhas  
19 de pagamento para serem utilizadas única e exclusivamente em momentos de alguma  
20 gravidade, de excepcionalidade do ponto de vista de arrecadação, como vivenciaram na crise  
21 econômica recente. O segundo é a utilização para honrar recursos já comprometidos, embora  
22 ainda não empenhados, e portanto não executados, algo em torno de R\$210 milhões. O terceiro  
23 foi a criação do Plano Plurianual de Investimentos e o quarto era a reserva de recursos para  
24 moradia, que vieram a partir da venda da folha de pagamento da Universidade realizada pelo  
25 governo do estado. Já entraram recursos da ordem de R\$27 milhões em dezembro de 2021 e  
26 entrarão agora mais R\$37 milhões também agora no início de dezembro, totalizando R\$64  
27 milhões. Portanto, são recursos mais do que suficientes para realizarem essa desapropriação.  
28 Passa a palavra à doutora Lívia. A Doutora LÍVIA RIBEIRO DE PÁDUA DUARTE diz que  
29 essa situação vem sendo discutida com o Ministério Público já há alguns meses. Levaram a  
30 proposta que foi discutida primeiro na Fundação, de doação do terreno da moradia, a Unicamp  
31 aceitou a doação no seu Conselho Universitário, mas o Ministério Público, como curador de  
32 fundações, entendeu que ela não poderia dispor de um patrimônio. Fizeram junto à Funcamp  
33 um pedido de alvará judicial, para efetivar essa doação, por conta do entendimento do doutor  
34 Ângelo, que é o promotor que não aceitou, e também obtiveram o mesmo resultado no Poder  
35 Judiciário. O juiz entendeu, assim como o doutor Ângelo, que a forma que a Unicamp encontrou  
36 naquela época para adquirir e construir as unidades habitacionais na moradia não foi a forma  
37 mais adequada. A Procuradoria Geral e a atual gestão procuraram levantar os documentos e  
38 informações para entender por que àquela época foi feito dessa forma, com o financiamento  
39 junto à Caixa Econômica Federal feito pela Funcamp, mas quem arcava com as parcelas em  
40 tese era a Unicamp. Não conseguiram uma resposta, mas acreditam que isso foi feito,

1 provavelmente, porque havia uma linha de financiamento à época em que a Funcamp poderia  
2 se habilitar e não a Unicamp, como órgão público, e decidiram que essa aquisição fosse feita  
3 via Fundação. Entretanto, trazendo para a realidade jurídica atual, tanto o Ministério Público  
4 como o Poder Judiciário entenderam que isso não foi feito da forma mais adequada, e que desde  
5 aquele início deveria ter sido tratada como uma desapropriação se a Unicamp quisesse adquirir  
6 um terreno e construir as unidades habitacionais da moradia. Em conversa com os órgãos, foi  
7 dito que a saída seria, de fato, a desapropriação amigável do imóvel junto à Fundação. Estão  
8 levantando a documentação para depois levar para o governo do estado essa proposta, mas  
9 juridicamente o que possuem é isso e em termos de documentação é o que consta na pauta hoje.  
10 O SENHOR PRESIDENTE diz que sobre o valor, até por orientação do Ministério Público,  
11 foram dois pareceres iniciais, mas que, por utilizarem metodologias distintas, foram  
12 discrepantes. Dessa forma, solicitaram um terceiro parecer, realizado por um professor da  
13 Universidade olhando para as duas metodologias, justificando a diferença entre elas, e  
14 chegaram ao valor de R\$57,728 milhões, que também foi submetido ao Ministério Público. A  
15 Professora MARISA MASUMI BEPPU diz que este é um assunto sobre o qual a Universidade  
16 tem de se debruçar e estudar muito bem. Várias coisas realizadas no passado começam a dar  
17 efeitos sobre novas formas jurídicas em outro momento do tempo, o que causa bastante  
18 problema. Isso mostra que precisam ser muito consequentes nas tomadas de ação que fazem  
19 hoje pensando no futuro e na sustentabilidade da Universidade. Vai se permitir fazer um  
20 testemunho porque talvez de todos que participem desta reunião seja a única pessoa que  
21 usufruiu da moradia estudantil. Foi uma das primeiras moradoras, precisava da moradia  
22 estudantil para poder se manter em Campinas, pois é originariamente do interior do Rio de  
23 Janeiro, e se lembra da inauguração, se lembra dos tempos de moradia, se lembra dos problemas  
24 e dos benefícios. Promover auxílio, seja de moradia ou do que for, para o estudante, para que a  
25 Universidade possa cumprir sua função, sua missão específica, é muito importante. Acha que  
26 devem deixar isso muito claro para tirar a questão do mérito de promover elementos de  
27 permanência dos estudantes na Universidade como assunto de justificativa ou de pauta. Precisa  
28 estar bastante claro que todos aqui são totalmente favoráveis a todos os incentivos para  
29 permanência estudantil; diz isso pelo seu próprio histórico e por notar como é importante esse  
30 elemento para que promovam a melhoria, realmente, da vida das pessoas e da comunidade  
31 através da educação. Em relação aos novos investimentos de capital em moradia estudantil,  
32 acha que devem deixar muito claro que o mais importante é prover a possibilidade de  
33 permanência física desse estudante no entorno da Universidade para que ele possa cumprir seu  
34 curso. Essa é a meta final da questão da moradia estudantil. Tem um pouco de dificuldade, em  
35 investimentos futuros, de dizer que a única receita plausível é investimento de capital porque  
36 sabem, principalmente com demanda flutuante, que o ideal para a Universidade não é ter custo  
37 fixo, o ideal é ter custo variável. Isso significa que uma vez que se tenha um mínimo fixo  
38 garantido, pode-se transformar o restante em demanda variável. Sabe que foi plataforma desta  
39 gestão a construção de uma segunda moradia, mas acha que deveriam fazer uma discussão  
40 muito madura se a melhor forma, tanto para o beneficiário quanto para a Universidade, seria de



1 fato um investimento de capital de construção. Fala como membro da Comissão de Orçamento  
2 e Patrimônio, que tem de zelar por um dos princípios da administração pública, que é a  
3 eficiência, entregando o que devem entregar com a melhor eficiência do recurso público. Houve  
4 estudos no passado que verificaram em todos os contratos os custos que a moradia estudantil  
5 possui, de manutenção, água, luz, jardinagem, tudo o que que é necessário colocar como um  
6 custo recorrente e atrelado a esse ativo fixo. Foi tudo colocado na ponta do lápis, incluindo  
7 depreciação e tudo o que deveriam considerar de fato, sem duplicar custo, e o valor era similar  
8 a um eventual oferecimento de um auxílio-moradia aos estudantes. Existe um outro aspecto  
9 importante que precisam encarar de forma madura e muito consciente: houve em algum  
10 momento uma pesquisa, se não está enganada, no início da gestão quando estava a professora  
11 Eliana Amaral na PRG, sobre como os estudantes preferiam receber esse auxílio. E muito  
12 surpreendentemente à época, uma boa parte gostaria de ter o auxílio na forma do auxílio em  
13 pecúnia e não necessariamente como vaga de moradia. Acha que isso é algo que deveriam  
14 amadurecer e escutar também um pouco os estudantes que de fato demandam e necessitam. Há  
15 alguns problemas associados à moradia para os quais não deveriam fechar os olhos, como o  
16 problema crônico, por exemplo, dos hóspedes. Existe um determinado número de moradores  
17 colocados na moradia, mas há mais um percentual que beirava em torno, talvez, de 50% de  
18 pessoas que vivem na moradia mas que não têm esse benefício outorgado. Colocar a  
19 Universidade para monitorar e auditar esse tipo de coisa é extremamente chato, extremamente  
20 indelicado, muito ruim do ponto de vista diplomático. Então isso que está falando é para daqui  
21 em diante, mas o que está em pauta é do passado ainda, e nesse aspecto tem um pouco de  
22 dificuldade de entender como chegaram a essa solução, e não necessariamente as soluções são  
23 unívocas, existem várias soluções plausíveis, mas entende que essa foi a mais maturada. No  
24 momento em que a Universidade achou que seria fácil essa doação e não foi, porque o  
25 Ministério Público está dizendo que tem de ser feito de determinada maneira, tem dúvidas se a  
26 melhor saída é, de fato, adquirir. Pergunta quais são as consequências. A Universidade  
27 funcionou até 2021 até se fazer esse pleito, então pergunta por que a necessidade real dessa  
28 aquisição, e por que uma aquisição e não, eventualmente, uma locação pela Funcamp. É um  
29 montante que hoje a Universidade pode pagar, mas é um montante razoável, cujos juros  
30 financeiros permitiriam promover benefícios para uma quantidade muito grande de alunos. A  
31 questão da aquisição não fica clara, nem se essa é uma solução unívoca ou se simplesmente não  
32 pensaram em outros modelos e outras alternativas. Também chama a atenção que em uma  
33 estimativa o valor estivesse em R\$58 milhões e na outra R\$28 milhões, e pergunta por que no  
34 parecer interno o valor foi para R\$57 milhões. Então a questão do valor também é algo que a  
35 preocupa porque, entendendo toda a sistemática de licitações, a forma como optam em trabalhar  
36 na gestão pública, não optaram pela menor avaliação. Entende que esse montante é repassado  
37 do orçamentário da Universidade para a Fundação, onde o Conselho Universitário *a priori* não  
38 tem mais nenhum controle, e nem deveria, do que é realizado. Mas tem essas dificuldades e  
39 pensa que dessa forma não está com a opinião madura o suficiente para votar favorável aqui  
40 tranquilamente. Então gostaria de abrir muito francamente essa discussão, novamente

1 reiterando que não está aqui o mérito de prover a permanência dos alunos, muito longe disso,  
2 mas a questão de a COP esmiuçar o que de fato é eficiência para o ponto de vista da  
3 Universidade nesse assunto. O SENHOR PRESIDENTE diz que entende a preocupação em  
4 relação ao investimento de capital imobilizar em relação ao custo fixo, portanto, em relação ao  
5 custo variável, mas a Universidade já vem adotando as duas sistemáticas. Inclusive constam no  
6 orçamento de 2022 1.700 bolsas moradia, no valor de R\$519, e estão programando para 2023  
7 uma elevação nesse valor, entre R\$600 e R\$650. Então a Universidade vem adotando as duas  
8 políticas. A questão é que hoje o patrimônio da moradia está muito depreciado, há casas  
9 interditadas, e não possuem condições de atuar, nem mesmo de reformar essas casas, pelo fato  
10 de que aquele terreno, aqueles imóveis não pertencem à Universidade. Isso vem gerando um  
11 apontamento do Tribunal de Contas sobre o fato de a Universidade empregar recursos em uma  
12 propriedade que não lhe pertence. Portanto, ainda nem é caso de uma expansão da capacidade  
13 de prestação do serviço da moradia. Se fecharem 20% para reformar, depois mais 20%,  
14 precisarão criar uma outra estrutura para acomodar os estudantes, ou construindo novas  
15 unidades, ou aumentando a oferta de bolsas durante esse período de reforma, que sabem que é  
16 um período prolongado. Há um grau realmente acentuado de depreciação das moradias, que  
17 vêm recebendo manutenção, mas é obrigado a ver o laudo dos arquitetos e dos engenheiros.  
18 Portanto, não é uma questão apenas de tomar uma decisão de ampliar investimentos, de realizar  
19 investimentos novos, mas também de cuidar do equipamento existente hoje, que está em um  
20 grau intenso de depreciação. E utilizam os dois mecanismos, tanto de bolsa, que estão  
21 ampliando, quanto de investimento na moradia física. Concorde plenamente que terão de tomar  
22 decisões futuras se vão ampliar, se vão construir mais, porque a demanda vem aumentando,  
23 obviamente, com o processo de inclusão que a Universidade vem realizando com a entrada,  
24 inclusive, do vestibular indígena. Os números estimados para 2023 são que entre estudantes  
25 indígenas e familiares, considerando que é um outro tipo de cultura, em torno de 500 vagas  
26 serão necessárias, e também o auxílio moradia tem sido reservado. São questões novas para a  
27 Universidade, o processo de inclusão, essa iniciativa bastante bem-vinda do vestibular indígena,  
28 a que precisam dar contrapartida, como a professora Marisa apontou, tanto da assistência quanto  
29 da permanência estudantil, combinando, talvez, vários desses mecanismos. E precisam  
30 obviamente ouvir os demandantes. Com relação à bolsa, o problema é a própria oscilação do  
31 mercado imobiliário; precisam ter também alguma oferta física de vagas para não ficarem  
32 completamente dependentes dos aluguéis em Campinas, especialmente em Barão Geraldo. E  
33 lembra que há outros *campi* na Universidade que também têm de ser pensados, então essa  
34 combinação dos dois serviços, físico e bolsas, deve permanecer ainda por um tempo  
35 considerável e é bem-vindo. Em relação ao valor, é uma coisa técnica, o Ministério Público  
36 pediu uma terceira avaliação e ela foi realizada por um especialista, comparando as duas  
37 metodologias. Uma questão que não têm como assegurar, mas há uma expectativa muito  
38 grande, no entendimento do próprio Ministério Público, pelo menos tem sido assim em outras  
39 questões, é de que a Funcamp, enquanto uma fundação de apoio à Universidade, uma fundação  
40 cuja própria existência tem a ver com a Universidade, poderia utilizar esses recursos para apoiar

1 a Universidade, inclusive apoiar na prestação de serviços de moradia. Isso não faz parte do  
2 acordo até agora, mas é algo possível, e dessa forma não estão entendendo que necessariamente  
3 esses recursos que sairão do orçamentário da Universidade para a Fundação não retornarão, de  
4 alguma maneira, nessa prestação que a Fundação pode fazer para a Universidade. Isso seria  
5 realmente a situação ideal. Lógico que isso vai demandar uma nova aprovação do Ministério  
6 Público, mas se conseguirem essa situação, acha que teriam uma excelente solução. A  
7 Professora ANDRÉIA GALVÃO diz que embora esta seja uma Comissão de Orçamento, e  
8 portanto se espera que falem de dinheiro, de investimento, vai deslocar um pouco a conversa  
9 para tratar da simbologia de a Universidade ter uma moradia estudantil. Esse aspecto simbólico  
10 é muito importante, é muito importante para a Universidade ter esse espaço, ainda mais quando  
11 ela assume a responsabilidade de criar um ambiente de inclusão, um ambiente que possa acolher  
12 os estudantes, que possa inclusive favorecer o convívio, no espírito comunitário, no espírito de  
13 solidariedade. Acha que esse também é o papel da universidade pública. Então discorda da  
14 professora Marisa em relação a essa questão de priorizar, se bem entendeu, o oferecimento de  
15 bolsa moradia, porque considera importante terem a possibilidade de oferecer esse serviço  
16 público. Acha que condiz com o espírito da universidade pública prestar esse serviço para os  
17 seus estudantes e possibilitar a constituição dessa comunidade. A fala do professor Fernando  
18 apontou a questão de que o oferecimento de bolsa moradia torna os estudantes muito  
19 dependentes do mercado, e sabem que os valores cobrados de aluguel no entorno da  
20 Universidade são exorbitantes, e há moradias muito caras e deterioradas, muito precárias  
21 oferecidas para os estudantes. Acha que essa preocupação com a condição de moradia é  
22 fundamental; apoia a proposta que foi votada no conselho da Funcamp, do qual faz parte.  
23 Considera que ela é importantíssima para a Universidade poder reparar esses imóveis e esse  
24 patrimônio que está se deteriorado, um patrimônio da Universidade e de sua comunidade  
25 estudantil. O Professor MÁRCIO ANTONIO CATAIA diz que sua intervenção vai um pouco  
26 no sentido do que disse a professora Andréia, porque há muitos estudos sobre a urbanização  
27 brasileira que mostram que uma ação praticada pelos poderes públicos movimenta o mercado  
28 imobiliário. Decisões que porventura tomem aqui na Universidade têm um rebatimento  
29 imediato no mercado imobiliário, especialmente em Barão Geraldo. Durante o período da  
30 pandemia, acompanharam o que aconteceu com o mercado imobiliário e comercial em Barão  
31 Geraldo e sabem muito bem a crise sentida por esses comerciantes, em razão daquilo que estava  
32 acontecendo dentro da Universidade. É uma questão de transferência de recursos da  
33 Universidade para o mercado imobiliário no seu entorno, por isso precisam olhar com muito  
34 cuidado quando pensam nas medidas que tomam em nome de uma coisa bem ampla, geral, que  
35 é a chamada eficiência. Toda essa infraestrutura que foi construída ao longo do tempo reflete  
36 justamente uma iniciativa pública de pensar como construíram uma capacidade de abrigar  
37 aqueles que aqui estão, independentemente daquilo que aconteça no mercado. A professora  
38 Andréia utilizou o termo “patrimônio”, e de fato a moradia é um patrimônio, e como patrimônio  
39 da Universidade, ela precisa ser cuidada e expandida. Porque essa capacidade de expansão que  
40 existe dentro da Universidade, com laboratórios, com novos prédios – e não recorrem nesse

1 caso ao mercado –, também é aquela de uma necessária expansão da moradia estudantil. Então  
2 vê de uma maneira muito positiva essa ação que está sendo realizada agora para poderem  
3 retomar a capacidade da moradia estudantil. Foi coordenador da graduação e ficou mais  
4 próximo daquilo que estava acontecendo lá dentro da moradia, e o que estava acontecendo era  
5 uma deterioração, como aqui já foi colocado, e ela continua hoje. Então acha que é o momento  
6 certo de olharem para isso. E acredita que olhar para o futuro implicaria uma expansão da  
7 capacidade pública de abrigar os estudantes. Têm de ouvir sempre os estudantes porque faz  
8 parte da Universidade escutar, dar a voz, mas um outro tanto é a sua capacidade de educação e  
9 de construir junto com o corpo discente aquilo que é o sentido da instituição pública no país e  
10 que se refere a eles na Universidade. É claro que as coisas podem ser conjuntas com outras  
11 políticas, mas acha que o fundamental é promover o sentido público da universidade pública.  
12 A Professora VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que é claro que a incomoda  
13 bastante a forma como as coisas foram feitas, no sentido de pagar um empréstimo que, na  
14 verdade, não é da Universidade, é da Funcamp, entende que isso poderia ter sido feito de um  
15 outro modo. Por outro lado, sendo patrimônio da Universidade, parece-lhe que o mais sensato  
16 é proceder à recuperação desse espaço destinado aos estudantes. E não fala isso simplesmente  
17 por um *feeling*, mas pela necessidade do investimento físico na educação, nos espaços de  
18 estudos. Fizeram recentemente um estudo com os estudantes de graduação quanto ao impacto  
19 da pandemia da Covid nesses últimos anos, e os resultados foram bastante ilustrativos disso. A  
20 avaliação do espaço físico que esses estudantes tiveram durante a pandemia não foi das  
21 melhores, revelando como são necessários os espaços da Universidade para estudo, para esse  
22 momento de formação dos estudantes. E isso vai além dos problemas que cada um desses  
23 estudantes enfrentou na pandemia, que não foram poucos. A partir disso, traz a reflexão de que  
24 é importante que a Universidade tenha esse patrimônio e melhore esse patrimônio oferecido  
25 para os estudantes, ajustando-o conforme a situação e fornecendo assim uma segurança em  
26 termos de moradia e o seu valor quanto ao impacto disso na formação dos estudantes. Por conta  
27 disso, acredita que embora tenham de passar por todo esse processo jurídico, vale a pena, pois  
28 o investimento terá um impacto positivo para os estudantes. Também já foi coordenadora de  
29 graduação e viu bem de perto a necessidade desse tipo de investimento, e agora a pesquisa que  
30 foi feita constatou mais ainda. Portanto, é favorável a que resolvam essa questão e que possam  
31 fazer um investimento adequado para os estudantes, dentro das possibilidades da Universidade.  
32 E também é favorável a que não fiquem só por aí, que tragam outros tipos de investimento  
33 complementares a serem oferecidos para os estudantes, pois sabem que muitos deles realmente  
34 precisam. A Professora MARISA MASUMI BEPPU diz que há um equívoco em algumas falas  
35 anteriores, porque fica parecendo que nunca fizeram investimento de manutenção na moradia.  
36 Os contratos sempre foram realizados pela Unicamp, sempre foram feitas manutenções, mas é  
37 claro que em determinado momento, talvez até em função, mais recentemente, do  
38 distanciamento provocado pela pandemia, alguns serviços tenham ficado parados. Mas  
39 recorrentemente a Universidade tem arcado, e de maneira bastante onerosa, com essas  
40 manutenções. A questão filosófica das próximas expansões pode ser conversada abertamente,

1 respeita muito os pontos de vista, mas a questão da moradia que está colocada é fática, como  
2 dito no próprio documento. A questão toda é a aquisição, como fazer e qual a melhor forma do  
3 ponto de vista jurídico, inclusive dos valores levantados. O professor Fernando mencionou que  
4 o Tribunal de Contas tem feito destaques sobre as manutenções, mas não se lembra de ter visto  
5 recorrentemente nos destaques do Tribunal de Contas questões acerca dos assuntos de  
6 investimentos, ou de manutenções ou contratos que foram na moradia. Diz isso porque recebeu  
7 na semana passada uma notificação do Tribunal de Contas referente aos anos de 2017 e 2018,  
8 quando de sua gestão. Recebe destaques referentes a outras localidades, outros investimentos,  
9 então solicita um pouco mais de informações do que tem sido destacado, verificar o que de fato  
10 eles estão demandando, até porque a moradia não é o único imóvel que a Unicamp não possui  
11 e que mantém, então precisam olhar isso com bastante cuidado. O SENHOR PRESIDENTE  
12 diz que a Universidade vem, sim, realizando a manutenção, mas o que estão falando hoje é  
13 muito mais do que manutenção. Já há casas que estão interditadas na moradia, que vão precisar  
14 de uma intervenção muito maior, e está sendo uma decisão técnica entre arquitetos e  
15 engenheiros se vai ter de demolir ou se é possível aproveitar o que está ali. Isso ainda vai ser  
16 decidido, mas não é apenas uma questão de manutenção, de limpeza de caixa d'água, de mexer  
17 na parte elétrica etc., é realmente a ponto de terem hoje casas que estão interditadas e que  
18 precisam, realmente, de uma intervenção maior. Em relação ao Tribunal de Contas, ele tem se  
19 manifestado muito sobre a relação da Funcamp com a Unicamp. Se fez referência explícita à  
20 questão da moradia, foi mal compreendido, mas é lógico que essa preocupação é muito grande,  
21 tudo o que envolva as relações financeiras, as relações contratuais entre a Universidade e a sua  
22 Fundação. Tanto é que o Tribunal vem questionando várias das atividades que a Fundação  
23 prestava para a Unicamp, se essas atividades não deveriam ter sido licitadas. Houve  
24 questionamento com relação à manutenção, à segurança, ao almoxarifado e em relação a alguns  
25 dos convênios com os hospitais, a começar pelo HES. Então sua fala foi nesse sentido de que  
26 há uma certa complexidade, um entendimento do Tribunal de Contas nas relações da  
27 Universidade com a Fundação. Por isso todo o cuidado. O que estão tratando aqui é uma posição  
28 do Ministério Público, que não autorizou a doação da Fundação para a Universidade. Mas o  
29 Tribunal tem sim se manifestado muitas vezes nessas relações entre Universidade e Fundação.  
30 A Doutora LÍVIA RIBEIRO DE PÁDUA DUARTE confirma as informações e diz que nos  
31 balanços gerais da Unicamp são feitos apontamentos sobre essa relação com a Fundação, muitas  
32 vezes algumas atividades, em tese, não são aceitas. Inclusive essa relação com a Funcamp em  
33 específico é feita por termo aditivo ao convênio de cooperação relacionado aos programas  
34 habitacionais. Repassam o valor das taxas de água, de manutenção e algumas atividades que  
35 são feitas na moradia via Fundação. Então isso acaba aparecendo nas contas anuais da Unicamp  
36 de uma forma geral, como o professor Fernando falou, não específica da moradia. Não é um  
37 apontamento já direcionado a essa questão, mas de uma forma geral essa relação com a  
38 Funcamp é apontada pelo Tribunal de Contas nos últimos anos. Em especial nesse último ano  
39 estão sofrendo alguns apontamentos, inclusive com relação aos hospitais, mas não  
40 especificamente com relação à moradia. A Professora MARISA MASUMI BEPPU diz que foi

1 esclarecida aqui, então não foi especificamente em relação a esses contratos, como poderia estar  
2 parecendo. O questionamento na questão com a Fundação acontece mesmo, ocorreu inclusive  
3 com os contratos de vigilância, com os contratos das refeições, mas entende que é um  
4 questionamento muito mais amplo que o Tribunal de Contas tem feito. Não é específico a este  
5 caso, e seja em uma intervenção um pouco mais profunda, ou um pouco mais de manutenção,  
6 não viu antecedentes onde o Tribunal de Contas fizesse qualquer menção. A outra dúvida ainda  
7 que resta é a questão dos valores e a questão de que obviamente não podem ter nenhum  
8 compromisso da Funcamp de que esses valores seriam revertidos à moradia. É o nível de  
9 informações que gostaria de ter para se sentir mais confortável nessa decisão. Mas agradece  
10 muito os esclarecimentos, acha que é nessa questão de deixar bastante explícito o que possuem  
11 para a tomada de decisão, para que façam uma discussão bastante clara e madura aqui. O  
12 SENHOR PRESIDENTE diz que o conselho curador da Funcamp é composto por todos os  
13 diretores, pró-reitores, superintendência do HC, ou seja, o seu posicionamento é o que vai  
14 prevalecer dentro do Conselho Universitário. A questão é outra: precisam convencer o  
15 Ministério Público de que possuem uma fundação de apoio à Universidade, que a sua razão de  
16 existir é a Universidade e que essas relações poderiam ser mais estreitas do que hoje o próprio  
17 Ministério Público ou o Tribunal de Contas entende. Isso é uma construção, e a PG está fazendo  
18 um trabalho maravilhoso de construir uma proposta de como poderia ser essa relação, qual é o  
19 papel das fundações de apoio, pois infelizmente não possuem uma legislação paulista sobre  
20 isso. Então se avançarem nessa direção, construindo essa arquitetura jurídica, institucional,  
21 ajudaria muito no funcionamento da Universidade e da própria Fundação. São conquistas que  
22 vão sendo construídas aos poucos, e é fundamental o convencimento do Ministério Público do  
23 papel e da importância da Fundação em relação à Universidade e vice-versa, o interesse das  
24 duas partes de que haja sempre um equilíbrio financeiro para ambas. E essa relação tem sido  
25 bastante cordial, bastante equilibrada. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que o  
26 professor Fernando citou a falta de legislação estadual dessa relação entre a Universidade e a  
27 Funcamp, e ressalta que esse é um trabalho que a PG está liderando na tentativa de oferecer  
28 uma opção de legislação para o Ministério Público. Não havendo mais observações, o SENHOR  
29 PRESIDENTE submete à votação a matéria, que é aprovada com 06 votos favoráveis e 01  
30 abstenção. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, abre a palavra aos membros que  
31 desejarem se manifestar no Expediente. A Professora ANDRÉIA GALVÃO parabeniza as  
32 iniciativas de premiação aos estudantes de doutorado e também o programa de incentivo aos  
33 novos docentes, pensando que esses são investimentos importantes, necessários para poder  
34 estimular tanto os docentes, quanto os pós-graduandos. Mas também lembra da importância de  
35 terem melhorias salariais e contratação de docentes, porque essas premiações, ou essas bolsas,  
36 não integram o salário, não repercutem para a aposentadoria. Então acha que pensar nessa  
37 continuidade de uma reposição salarial é importante. Com relação às contratações, estão em  
38 uma situação de novas aposentadorias se vislumbrando, além de não terem tido a reposição de  
39 todas as aposentadorias que foram feitas em um período recente, desde 2016. A Universidade  
40 está completando o seu ciclo, por ser uma universidade jovem, e muitos dos primeiros docentes

1 estão agora se aposentando. Haverá uma leva grande de aposentadorias nos próximos dois anos,  
2 em decorrência disso. E existe também uma situação de adoecimento; percebe em muitas  
3 unidades, não só no IFCH, docentes que, embora adoecidos, não se afastam do trabalho para  
4 não pesar os seus colegas, para não sobrecarregar os seus departamentos. E isso é muito ruim  
5 do ponto de vista do registro desses adoecimentos, assim como é muito ruim porque os docentes  
6 adoecidos se prejudicam, não deixam de exercer o direito de afastamento para poder cuidar da  
7 sua saúde, e há dobramentos subsequentes que são problemáticos. Já conversaram sobre isso  
8 em outras ocasiões, mas acha importante aproveitar este momento, em que os recursos da  
9 Universidade permitem, para dar continuidade à reposição de docentes, portanto solicita que  
10 isso seja priorizado também pela gestão. O SENHOR PRESIDENTE diz que há hoje em  
11 andamento 130 contratações, que obviamente foram atrapalhadas pelo período eleitoral. E  
12 dentre as vagas já distribuídas, há 33 que ainda não iniciaram o processo, totalizando 163. No  
13 caso de titulares, também há 41 titulações, o que não deixa de ser um concurso, além de 16 não  
14 iniciadas. O número com que começaram a trabalhar quando fizeram essa distribuição era de  
15 1.699, hoje estão em 1.672, mas se somarem essas 166, estarão com o número superior inclusive  
16 ao do início de 2021. Têm tentado repor, dentro das possibilidades, tanto docentes quanto  
17 Paepes, mas certamente a demanda é maior do que as possibilidades da Universidade. Mas para  
18 a PDO 2023 essa questão tem sido levada em consideração, não só as contratações como as  
19 progressões e também a questão salarial. Lembra que o reajuste que foi concedido em 2022 foi  
20 referente a três anos, repondo a inflação de 34 meses, que também foi decisão da comunidade,  
21 no caso das três universidades, que era o possível naquele momento. E com o compromisso do  
22 Cruesp de voltarem essa discussão para 2023, incorporando os dois meses que não foram dados,  
23 já que houve antecipação dessa reposição. Mas já houve o esforço de repor 34 meses de inflação  
24 no reajuste concedido no início de 2022. Afastamento por saúde os preocupa muito também,  
25 vivem um momento diferente, difícil, e quando imaginaram que, pelo menos com relação à  
26 questão da pandemia, as questões já estivessem mais tranquilas, percebem que estão sempre  
27 sujeitos às novas ondas. Certamente não foi apenas a pandemia, é o estresse do próprio trabalho,  
28 é o momento político-econômico do país, tudo isso reflete sobre todos os profissionais,  
29 sobretudo aqueles que têm a preocupação com as diretrizes para o país. A busca da  
30 Universidade é de estar sempre contribuindo para esse desenvolvimento econômico e social.  
31 Esteve semana passada na Andifes, que é a associação dos reitores das universidades federais,  
32 onde foi convidado para fazer uma palestra sobre a autonomia universitária, e foi uma discussão  
33 muito rica. Lógico que houve outras intervenções bastante importantes para pensar o ensino  
34 superior no Brasil, mas foi possível ver como a situação das universidades públicas paulistas é  
35 bastante melhor do que das universidades federais. Não tem a menor dúvida de que isso se deve  
36 à questão da autonomia financeira, que está diretamente atrelada à autonomia didático-científica  
37 e à autonomia administrativa. Isso foi de alguma maneira solapado nas universidades federais,  
38 a ponto, inclusive, da intervenção na autonomia administrativa e didática dessas universidades.  
39 Essa aproximação sempre ocorreu do ponto de vista mais acadêmico, mas acha que também do  
40 ponto de vista político das paulistas públicas com as federais é fundamental, porque possuem

1 muitos pontos em comum que deveriam ser tratados, aprofundados. Essa troca de experiência  
2 é importante, mas não resta dúvida de que as condições de trabalho das paulistas são bastante  
3 superiores do que as que hoje enfrentam as suas irmãs federais. É difícil falar dos números que  
4 possuem aqui para eles, porque realmente eles se surpreendem. Só para dar uma ideia, são 67  
5 universidades federais no país todo, cujo orçamento conjunto é de cerca de R\$50 bilhões. As  
6 três paulistas juntas têm R\$13 a R\$14 bilhões de orçamento. Descontando a parte de folha de  
7 pagamento das federais, sobram para elas R\$5 bilhões. Se olham hoje para o orçamento da  
8 Unicamp, com o comprometimento de folha média hoje em torno de 70%, estão falando alguma  
9 coisa em R\$3 bilhões para poder cobrir investimento, custeio e outras coisas. Então a  
10 desproporção existente hoje entre os recursos para as universidades públicas e as federais é  
11 muito grande. Elas estão sob uma restrição financeira, e não apenas isso, infelizmente foi  
12 também uma perda de autonomia didática, uma perda de autonomia administrativa. Então acha  
13 que é uma luta que tem de ser conjunta, quanto mais se apoiarem, maiores serão as  
14 possibilidades de avançarem. Em seguida, agradece a participação de todos os membros, os que  
15 estiveram aqui presencialmente e os que estiveram de forma virtual. Os temas aqui na COP têm  
16 sido tratados de forma bastante aprofundada, o que é fundamental para que possam sempre aqui  
17 se expressar, e também porque acaba gerando uma repercussão importante para as outras  
18 câmaras e órgãos da Universidade. Nada mais havendo a tratar, eu, Aline Marques, redigi a  
19 presente Ata que será submetida à apreciação dos Senhores Membros da Comissão de  
20 Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 24 de novembro de 2022.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 156ª SESSÃO ORDINÁRIA  
DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO, realizada em 23  
de fevereiro de 2023, sem alterações.*